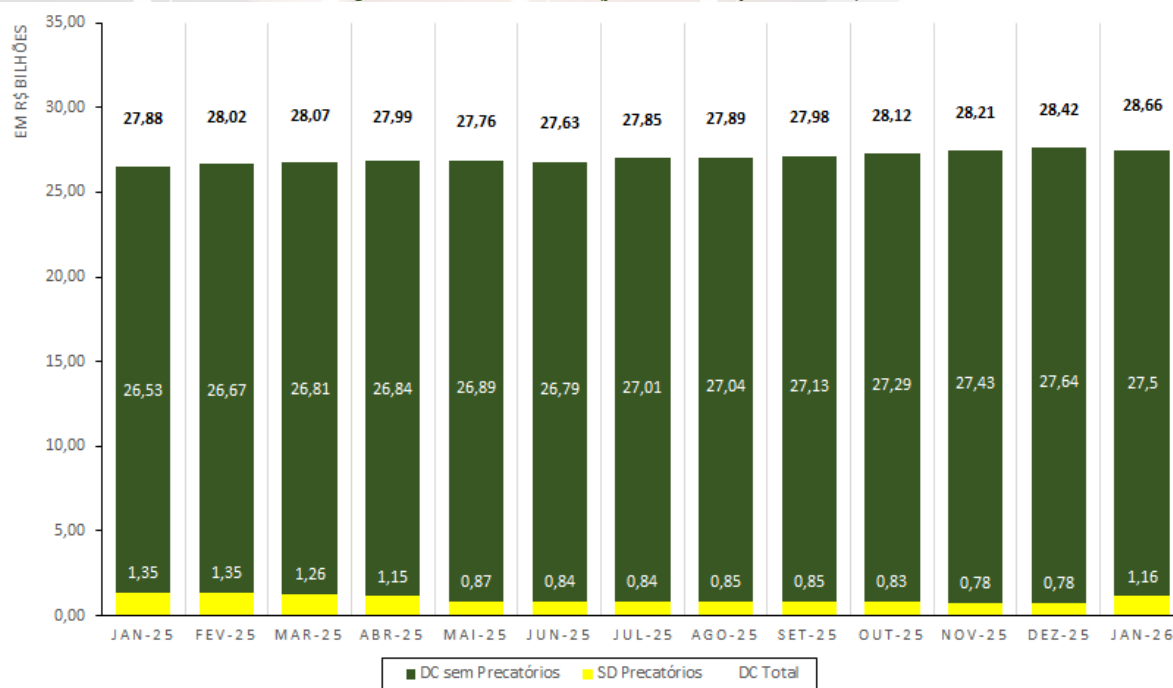


BOLETIM DA DÍVIDA CONSOLIDADA – JANEIRO/2026

1. DÍVIDA CONSOLIDADA (DC)

A dívida consolidada (DC) do Estado de Goiás em **janeiro de 2026** foi de **R\$ 28,66 bilhões**. Deste total, **4,05%** eram referentes a precatórios (cerca de **R\$ 1,16 bilhões**).

Figura 1 - Dívida consolidada (janeiro/2025 a janeiro/2026)



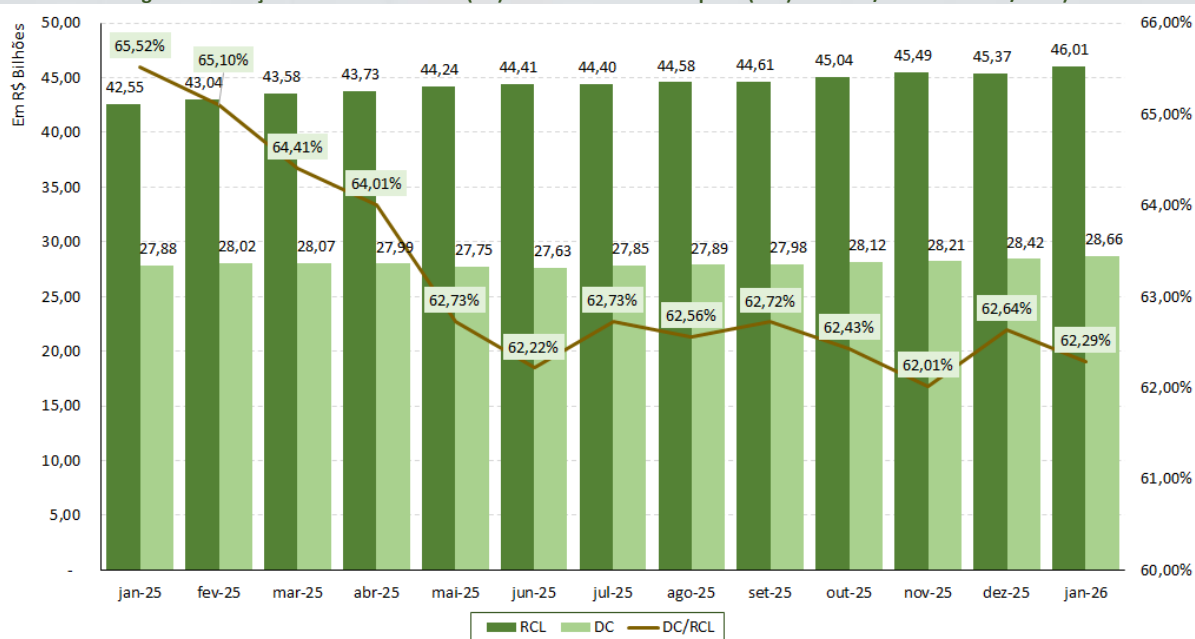
Fonte: GDPRE (2026)

No período de janeiro/2025 a janeiro/2026 a DC teve um incremento de 2,80%, iniciando em R\$ 27,88 bilhões e chegando ao patamar de R\$ 28,66 bilhões.

2. INDICADOR CAPAG ENDIVIDAMENTO: DC/RCL

Em janeiro de 2026, para uma **RCL de R\$ 46,01 bilhões**, a relação dívida consolidada e receita corrente líquida ficou em **62,29%**. Na **Figura 2 – DC/RCL**, pode-se verificar um comportamento de queda neste indicador CAPAG ao longo dos últimos 12 (doze) meses, tendo em vista que o percentual de crescimento da RCL foi superior ao percentual de crescimento da DC. Enquanto a RCL aumentou **8,13%** no período de janeiro de 2025 a janeiro de 2026, a DC teve um aumento de apenas **2,80%** no mesmo período.

Figura 2 – Relação Dívida Consolidada (DC) e Receita Corrente Líquida (RCL) - Janeiro/2025 a Janeiro/2026



Fonte: GDPRE (2026)

Este indicador de endividamento demonstra a solvência do ente e é utilizado pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN para o cálculo da CAPAG. Quando ele estiver igual ou menor que 60%, recebe a classificação “A” e quando estiver maior que 60% e menor ou igual a 100%, a classificação é “B”. Para valores acima de 100%, a classificação do ente será “C”. Atualmente, o estado de Goiás caminha para alcançar CAPAG endividamento “A”.

3. SERVIÇO DA DÍVIDA

Em janeiro de 2026, o serviço refinanciado com a União em razão dos benefícios do Programa de Pleno Pagamento de Dívidas dos Estados (Propag) por meio da LC 212/2025 foi de **R\$ 46,44 milhões** e o serviço com repasse ao Tribunal de Justiça do Estado para quitação de precatórios foi de **R\$ 37,91 milhões**.

Por outro lado, o serviço pago pelo Tesouro Estadual foi de **R\$ 94,79 milhões** no mesmo mês, valor 66,3% inferior ao do mês anterior, dezembro/2025 (**R\$ 281,26 milhões**), sendo cerca de R\$ 158 milhões para pagamento de vencimento semestral de dívida externa junto ao Banco Mundial.

O serviço total na competência de janeiro de 2026 – pago e refinanciado - foi de **R\$ 179,14 milhões**.

Tabela 1- Serviço da Dívida Detalhado Janeiro/2026 (Em R\$ Milhões)

TABELA SERVIÇO DA DÍVIDA DETALHADO	NO MÊS	% NO MÊS	ACUMULADO ATÉ O MÊS	% ACUMULADO ATÉ O MÊS	A REALIZAR	% A REALIZAR	TOTAL
1-SERVIÇO REFINANCIADO (Propag LC 212/2025)	46,44	25,92%	46,44	25,92%	518,16	22,87%	564,60
2-SERVIÇO TOTAL PAGO	94,79	52,91%	94,79	52,91%	1.331,43	58,77%	1.426,22
2.1-SERVIÇO PAGO TESOURO ESTADUAL	94,71	52,87%	94,71	52,87%	1.330,60	58,73%	1.425,31
2.2-SERVIÇO PAGO POR COMPENSAÇÃO (LC 194/2022)	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	-
2.3-SERVIÇO PAGO EMPRESAS DEPENDENTES	0,08	0,04%	0,08	0,04%	0,84	0,04%	0,91
3-SERVIÇO POR COMPETÊNCIA	141,23	78,84%	141,23	78,84%	1.849,59	81,64%	1.990,82
4-PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS	37,91	21,16%	37,91	21,16%	415,90	18,36%	453,81
5-SERVIÇO TOTAL COM PRECATÓRIOS	179,14		179,14		2.265,49		2.444,63

Fonte: GDPRE (2026)

4. ADEÇÃO AO PROPAG

No dia **24 de dezembro de 2025**, foi assinado o Termo Aditivo que marca a entrada do Estado de Goiás no **Programa de Pleno Pagamento de Dívidas dos Estados (Propag)**. Com esse passo, o Estado também oficializou a saída do **Regime de Recuperação Fiscal (RRF)**.

O acordo estabelece a confissão e o refinanciamento de **R\$ 20.870.252.396,26**, montante referente ao conjunto de dívidas do Estado de Goiás com a União na posição de dezembro/2025. Esse montante reúne compromissos de contratos antigos, que datam desde 1994 e 1998, além de operações mais recentes firmadas no âmbito do RRF.

Para facilitar o pagamento, o Estado ofereceu à União ativos avaliados em cerca de **R\$ 4,72 bilhões** — que incluem cobranças de dívidas de impostos estaduais e recebíveis de exploração de petróleo, gás e minérios. Embora esses ativos não sejam abatidos imediatamente do saldo, eles garantem ao Estado condições financeiras mais benéficas, como a aplicação de juros reais de 0% ao ano, sendo o saldo corrigido apenas pela inflação (IPCA).

Como forma de adaptar as contas públicas após a saída do RRF, o pagamento seguirá um cronograma mensal de 30 anos. Nos primeiros 4 anos, haverá um aumento gradual das parcelas: o Estado pagará 20% do valor no primeiro ano, subindo essa fatia progressivamente até alcançar os 100% a partir do quinto ano. Os valores não pagos são controlados em conta gráfica e refinanciados no prazo do programa.

Em contrapartida, o governo estadual se comprometeu a realizar aportes anuais em um fundo de equalização, assim como em investimentos diretos em áreas específicas e a manter um controle rígido sobre o crescimento de suas despesas, seguindo os limites definidos pelo programa.

Os valores refinanciados referente ao mês de **janeiro/2026** estão apresentados na tabela 1 e correspondem a **R\$ 46,44 milhões**.

Goiânia, 14 de maio de 2026.

Gerência da Dívida Pública e Receita Extratributária
Superintendência Financeira
Subsecretaria do Tesouro Estadual

Demonstrativo do Saldo da Dívida Consolidada – Posição: JAN. 2026

CONTRATO	TIPO	ASSINATURA A	TÉRMINO	MOEDA	VALOR ORIGINAL	OBJETIVO DA OPERAÇÃO	CARÊNCIA	MESES	JUROS	ENCARGOS	ATUALIZ./ CAPITALIZ.	DC	
GRUPO I: Reestruturação da Dívida com a União												20,87	
UNIÃO LC 212/25 - ART 2º, §6º C/C DECRETO 12.433/25 ART 28 - PROPAG	INT.	dez/25	dez/55	R\$	20.870.252.396	Refinanciamento das Dívidas com a União	Sem carência	360	0% a.a.	Comissão BB	IPCA	20,82	
UNIÃO LC 212/25 - ART 4º, §6º CONTA GRÁFICA SERV. DEVIDO E NÃO PAGO PROPAG	INT.	jan/26	dez/29	R\$	46.437.568	Refinanciamento das prestações PROPAG	N/A	48	0% a.a.	N/A	IPCA	0,05	
GRUPO II: Dívida Contratual Interna com Garantia da União												3,78	
BNDES PROPAG	INT.	out/12	out/35	R\$	1.500.000.000	Infraestrutura (pavimentação)	out/2012 — out/2019 (84 meses)	276	TJLP + 0,8% a.a.	NC	NC	TJLP	1,05
CEF SANEAMENTO FINANCEIRO CELG D	INT.	dez/11	dez/34	R\$	3.527.000.000	Saneamento financeiro - CELG D	jan/2012 — jan/2014 (24 meses)	275	TJLP + 0,8% a.a.	NC	NC	TJLP	1,74
CEF PROINVEST	INT.	dez/12	jul/33	R\$	366.969.588	Aumento cap. empresas e pgtº dívida linha PEF I	jan/2013 — dez/2014 (24 meses)	247	TJLP +1,1% a.a.	NC	NC	TJLP	0,17
BNDES PROINVEST	INT.	jan/13	fev/34	R\$	260.416.043	Aumento cap. empresas e pgtº dívida linha PEF II	fev/2013 — fev/2015 (24 meses)	252	TJLP +1,1% a.a.	NC	NC	TJLP	0,13
CEF ASSUNÇÃO DE DÍVIDA CELGPAR	INT.	jul/16	abr/28	R\$	2.157.785.203	Saneamento financeiro - CELGPAR	set/2014 — set/2017 (36 meses)	163	6,8% a.a.	NC	NC	S /INDEX.	0,70
GRUPO III: Dívida Contratual Interna sem Garantia da União												0,23	
CEF SANEAMENTO P/TODOS	INT.	set/10	jul/33	R\$	100.000.000	Saneamento Goiânia e outros municípios	set/2010 — jan/2013 (28 meses)	274	6,00% a.a.	2,5 % a.a.	NC	T R	0,03
CEF FINISA RODOVIDA ESTRUTURANTE	INT.	jun/17	dez/29	R\$	505.856.000	Programa infraestrutura	jul/2017 — jul/2019 (24 meses)	150	CDI + 2,76% a.a.	NC	NC	S /INDEX.	0,20
GRUPO IV: Dívida Contratual Externa												2,31	
BID PROFISCO	EXT.	ago/13	abr/33	US\$	11.577.000	Programa de mod. adm. fazendária	out/2013 — set/2017 (48 meses)	240	SOFR	NC	NC	US\$	0,03
BIRD // REESTRUTURAÇÃO (Nº 9380-BR)	EXT.	out/22	dez/38	US\$	470.169.601	Programa de sustentabilidade fiscal e socioambiental	out/2022 — jun/2025 (32 meses)	194	SOFR + SPREAD \	NC	NC	US\$	2,28
GRUPO V: Parcelamentos e Renegociação de Dívida												0,13	
RFB PARC. PASEP	INT.	ago/13	jul/33	R\$	167.790.737	Reparc. débitos tesouro e fundos	Sem carência	240	NC	NC	NC	SELIC	0,13
GRUPO VI: Precatórios												1,16	
PRECATÓRIOS	INT.	dez/16	dez/21	R\$	620.000.000	Posterior a 05/05/2000	Sem carência	48	IPCA-E	NC	NC	IPCA/SELIC 2	1,16
GRUPO VII: Empresas Dependentes												0,01	
EMPRESAS DEPENDENTES	INT.	-	-	-	-	Dívidas junto à PGFN, RFB e dívidas não financeiras	-	-	-	-	-	0,01	
Outras Dívidas												0,17	
Outras Dívidas	INT.	-	-	-	-	Dívidas junto à PGFN, RFB e dívidas não financeiras	-	-	-	-	-	0,17	
TOTAL												28,66	



ECONOMIA
Secretaria de Estado
da Economia

GOVERNO DE
GOIÁS
O ESTADO QUE DÁ CERTO

